



CÂMARA MUNICIPAL
DE PARNAMIRIM/RN
Poder Legislativo

Concurso Público - Edital nº 001/2019

Procurador

Leia estas instruções:

- 1 Confira se os dados contidos na parte inferior desta capa estão corretos e, em seguida, assine no espaço reservado.
- 2 Este Caderno contém **35 questões** de múltipla escolha, assim distribuídas: **01 a 10** ▶ Língua Portuguesa; **11 a 35** ▶ Conhecimentos Específicos.
- 3 Se o Caderno estiver incompleto ou apresentar imperfeição gráfica que impeça a leitura, solicite imediatamente ao Fiscal que o substitua.
- 4 Cada questão apresenta quatro opções de resposta, das quais apenas uma é correta.
- 5 Interpretar as questões faz parte da avaliação; portanto, não peça esclarecimentos aos fiscais.
- 6 Use caneta esferográfica confeccionada em material transparente, preferencialmente de tinta na cor preta.
- 7 Utilize qualquer espaço em branco deste Caderno para rascunhos e não destaque nenhuma folha.
- 8 Os rascunhos e as marcações que você fizer neste Caderno não serão considerados para efeito de avaliação.
- 9 Você dispõe de, no máximo, **três horas** para responder às questões de múltipla escolha e preencher a Folha de Respostas.
- 10 O preenchimento da Folha de Respostas é de sua inteira responsabilidade.
- 11 Antes de se retirar definitivamente da sala, **devolva** ao Fiscal a **Folha de Respostas** e **este Caderno**.

Assinatura do Candidato: _____



Câmara Municipal de Parnamirim
Deem-me minhas mãos, que eu quero colher flores.
José Bezerra Gomes



As questões de 1 a 10 desta prova são baseadas no texto a seguir.

Gênero, brilhantismo e esforço

Carreiras supostamente para pessoas muito inteligentes atraem menos mulheres. Seria uma coincidência? A ciência já encontrou a resposta

Por Dr. Daniel Barros

- 1 Se você tiver oportunidade de ir a um *playground* (e tiver espírito investigativo), faça a seguinte experiência: peça às crianças que apontem quais colegas consideram "muito, muito espertos". Anote os resultados. Então, espere um ano – fazer ciência requer paciência – e pergunte novamente. Faça novas anotações e compare com as anteriores.
- 2 Sem saber, você terá feito uma tentativa de replicação de um estudo publicado em janeiro de 2017, na prestigiosa revista *Science*. E, se conseguir replicar os resultados, descobrirá que, até os 5 anos, não há diferença entre a quantidade de meninos ou meninas apontados como realmente inteligentes. A partir dos 6 anos, contudo, as meninas passam a incluir mais meninos do que meninas nessa categoria. É quando elas perdem o interesse em participar de brincadeiras para crianças muito espertas.
- 3 A história por trás dessa pesquisa é curiosa. A filósofa Sarah-Jane Leslie e o psicólogo Andrei Cimpian notaram que algumas áreas valorizavam muito mais o brilhantismo do que o esforço de seus pesquisadores. A filosofia, ao contrário da psicologia, esperava que apenas gênios procurassem a carreira, parecia-lhes.
- 4 Eles sabiam também, como todo mundo, que algumas áreas apresentam maior discrepância de gênero do que outras. Viam que a psicologia tinha muito mais facilidade de atrair mulheres do que a filosofia, por exemplo. Seria coincidência o fato de uma valorizar mais o brilhantismo do que outra? Ou essa aura estaria afastando as mulheres?
- 5 Para testar essa hipótese, eles perguntaram a milhares de cientistas quanto eles acreditavam que, para ter sucesso em seu campo, era necessário ser brilhante (em vez de ser esforçado). Analisando mais de 2 mil respostas, foram capazes de estabelecer um *score* para o quanto cada área valorizava uma suposta genialidade. Comparando com a quantidade de mulheres – e também de afro-americanos – em cada uma delas, descobriram uma associação inversa entre o índice de valorização do brilhantismo e a representatividade das minorias. Quanto mais se esperava que seus membros fossem gênios, menos mulheres e negros havia. Mesmo considerando fatores como quantidade de horas de trabalho, intensidade de raciocínio matemático requerido, fosse na comparação entre humanas, exatas e biológicas, fosse dentro de cada campo, a correlação não falhava.
- 6 Foi quando, cientistas rigorosos que são, quiseram investigar se era apenas uma coincidência, sem relação de causa e efeito, ou se, de fato, os homens eram mais identificados com o brilhantismo do que as mulheres. Fizeram, então, o estudo com as crianças, mostrando que esse estereótipo não só surge cedo como afasta precocemente as meninas de atividades que, elas acreditam, requerem grande inteligência.
- 7 Meninos e meninas podem ter aptidões diferentes naturalmente? Estatisticamente, sim. Mas isso faz pouca diferença na prática. O que faz diferença é martelar na cabeça das crianças que cada um pode ser o que quiser, independentemente de seu gênero. Mas isso só acontecerá quando os adultos estiverem convictos.

BARROS, Daniel. Gênero, brilhantismo e esforço. **Galileu**. São Paulo, Editora Globo, Nº 333, mar. 2019. p.71 [Adaptado]

01. O propósito comunicativo prioritário do texto é
- A) expor que meninas são mais aptas para atividades que exigem esforço.
 - B) explicar que homens e mulheres são diferentes do ponto de vista biológico.
 - C) demonstrar que meninas e meninos podem ser aptos a realizar qualquer tarefa.
 - D) defender que meninos são mais aptos para atividades que exigem brilhantismo.
02. A leitura do texto permite inferir que
- A) há uma relação entre gênero, capacidade intelectual e esforço que é determinada pelas características biológicas de homens e mulheres.
 - B) a perda de interesse das meninas por atividades associadas ao brilhantismo está relacionada ao fato de elas acreditarem que os meninos são mais esforçados.
 - C) a baixa participação feminina em algumas áreas do conhecimento está mais relacionada à criação de estereótipos do que à falta de aptidão das mulheres.
 - D) há áreas do conhecimento em que a relação entre brilhantismo e participação feminina não ocorre como esperado nas pesquisas referenciadas.
03. Considere o excerto a seguir: “Carreiras supostamente para pessoas muito inteligentes atraem menos mulheres. Seria uma coincidência? A ciência já encontrou a resposta”.
- A resposta a que se refere o excerto encontra-se
- A) no parágrafo 6.
 - B) nos parágrafos 2 e 3.
 - C) no parágrafo 4.
 - D) nos parágrafos 1 e 2.
04. O título do texto
- A) antecipa um contra-argumento desenvolvido no decorrer dos parágrafos.
 - B) contém um argumento desenvolvido no decorrer dos parágrafos.
 - C) apresenta a opinião central defendida no conjunto dos parágrafos.
 - D) sinaliza o tema abordado no conjunto dos parágrafos.
05. No primeiro parágrafo do texto, predomina a sequência
- A) argumentativa.
 - B) injuntiva.
 - C) explicativa.
 - D) narrativa.

Para responder às questões 06, 07, 08 e 09, considere o parágrafo transcrito abaixo.

A história por trás **dessa pesquisa[1]** é curiosa. A filósofa Sarah-Jane Leslie e o psicólogo Andrei Cimpian notaram **que[2]** algumas áreas valorizavam muito mais o brilhantismo do que o esforço de seus pesquisadores. A filosofia, ao contrário da psicologia, esperava **que[3]** apenas gênios procurassem a carreira, parecia **lhes[4]**.

06. Considerando a tradição gramatical sobre pontuação, afirma-se corretamente:
- A) o segundo ponto poderia, sem alteração do sentido do trecho, ser substituído por sinal de interrogação.
 - B) as duas primeiras vírgulas poderiam, com alteração de sentido do trecho, ser substituídas por parênteses.
 - C) a última vírgula poderia, com alteração de sentido do trecho, ser substituída por travessão.
 - D) o primeiro ponto poderia, sem prejuízo do sentido do trecho, ser substituído por dois-pontos.

- 07.** A sequência linguística **[1]** exemplifica um mecanismo de coesão
- A)** por elipse de termo presente no parágrafo seguinte.
 - B)** referencial e antecipa informação presente no parágrafo seguinte.
 - C)** por elipse de termo presente no parágrafo anterior.
 - D)** referencial e retoma informação presente no parágrafo anterior.
- 08.** Os elementos linguísticos **[2]** e **[3]** pertencem
- A)** à mesma classe gramatical e introduzem orações adjetivas.
 - B)** à mesma classe gramatical e introduzem objetos diretos.
 - C)** a classes gramaticais diferentes e introduzem complementos nominais.
 - D)** a classes gramaticais diferentes e introduzem orações substantivas.
- 09.** O elemento linguístico **[4]** retoma
- A)** “A filósofa Sarah-Jane Leslie e o psicólogo Andrei Cimpian”.
 - B)** “algumas áreas”.
 - C)** “seus pesquisadores”.
 - D)** “apenas gênios”.
- 10.** A linguagem empregada no texto tende à
- A)** conotação e ao registro formal, estando adequada ao gênero discursivo.
 - B)** denotação e ao registro informal, estando inadequada ao gênero discursivo.
 - C)** denotação e ao registro formal, estando adequada ao gênero discursivo.
 - D)** conotação e ao registro informal, estando inadequada ao gênero discursivo.

11. José, líder comunitário de um bairro extremamente populoso do município, deseja organizar uma manifestação de rua para protestar contra as podas de árvores das praças do bairro recentemente decididas pelo poder público local. Para isso, conforme diretriz constitucional expressa, a atividade organizada por José deverá ser
- A) previamente comunicada à autoridade competente, organizada sem armas, realizada em local aberto ao público e não poderá impedir outra reunião marcada para o mesmo local, dia e hora.
 - B) comunicada à autoridade competente, possuir autorização específica para a prática do ato, ser pacífica, sem armas e não poderá impedir outra reunião marcada para o mesmo local, dia e hora.
 - C) previamente articulada em local e hora combinados, ser autorizada por ato de outorga do poder municipal e poderá contar com manifestantes armados, desde que todos os presentes no ato tenham consciência do seu dever de respeito à paz.
 - D) organizada em local aberto ao público e sem grande circulação de veículos automotivos, realizada no fim de semana, não podendo impedir outra manifestação similar em local próximo e prescindindo de autorização municipal.
12. Com a proclamação da República, inspirando-se na realidade norte-americana, o Estado brasileiro adotou o modelo federalista de organização. No federalismo, as competências do poder público são distribuídas entre os entes integrantes da federação de forma a conferir a cada um deles autonomia. A Constituição Federal de 1988, em tal sentido, direciona diversas atribuições à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios. Supondo-se que o Município de Parnamirim deseje concretizar as competências expressamente previstas na Constituição Federal de 1988, estariam, entre elas, os deveres de
- A) promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual, e instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de áreas limítrofes, visando implementar funções públicas de interesse comum.
 - B) criar, organizar e suprimir distritos, observada a legislação estadual, e promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano.
 - C) prestar, com a cooperação técnica e financeira da União e do estado, os serviços de atendimento à saúde da população e explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado, na forma da lei, vedada a edição de medida provisória para a sua regulamentação.
 - D) organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, e planejar e promover a defesa permanente contra as calamidades públicas, especialmente as secas e as inundações.
13. A atual teoria do direito expõe, entre algumas de suas premissas dogmáticas, as ideias de força normativa da Constituição e de centralidade do texto constitucional. Nesse sentido, para que determinado elemento normativo se mantenha legítimo dentro do ordenamento jurídico, é preciso que possua compatibilidade formal e material com a Constituição. Destaca-se, em tal conjuntura, o tema do controle de constitucionalidade. Eleonora, vereadora do Município de Parnamirim, deseja propor projeto de lei sobre tema polêmico e, com receio de a lei dele resultante ser declarada inconstitucional, decide estudar mais sobre controle de constitucionalidade das leis no Brasil. Descobre, a partir de tal estudo, que as leis municipais
- A) podem ser objeto de controle concentrado de constitucionalidade junto ao Supremo Tribunal Federal pela via da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental bem como podem ter a sua constitucionalidade questionada pela via do controle difuso de constitucionalidade.
 - B) podem ser objeto de controle concentrado de constitucionalidade, tanto junto ao Tribunal de Justiça do Estado como também no âmbito do Supremo Tribunal Federal, mas não de controle difuso, devendo, para tanto, ser alvo de Ação Direta de Controle de Constitucionalidade em face da Constituição Federal de 1988.

- C)** não podem ser objeto de controle concentrado e difuso de constitucionalidade, tanto junto ao Tribunal de Justiça do Estado como também no âmbito do Supremo Tribunal Federal, apenas podendo ser foco de controle de legalidade constitucional em face da Lei Orgânica do Município junto ao Judiciário do estado.
- D)** não podem ser objeto de controle de constitucionalidade abstrato junto ao Supremo Tribunal Federal, em nenhuma hipótese, apenas podendo sofrer questionamentos difusos quanto à sua legalidade e pertinência em face da Lei Orgânica do Município junto ao Tribunal de Justiça.
- 14.** Um vereador que estudava o tema da política urbana percebeu a importância do assunto, especialmente no caso de Parnamirim, município com população estimada em mais de 255 mil habitantes. Considerando a realidade local e o texto constitucional, o vereador logo percebeu que é
- A)** obrigatória a elaboração de plano diretor pela Prefeitura de Parnamirim, devendo o seu texto ser aprovado pela Câmara Municipal e ratificado pelo Congresso Nacional, por ser esse um ato complexo, o que faz de tal instrumento um documento fundamental para a política urbana.
- B)** facultativa a elaboração e a aprovação de plano diretor pela Prefeitura do Município de Parnamirim, sendo positivo que o prefeito o faça, por ser tal plano um instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.
- C)** obrigatória a elaboração de plano diretor pela Câmara de Vereadores do Município de Parnamirim, por ser esse documento um instrumento básico e fundamental para a política de desenvolvimento e de expansão urbana.
- D)** facultativa a elaboração de plano diretor pela Câmara de Vereadores da cidade de Parnamirim, sendo positivo que a Câmara o faça, ainda que de maneira proativa, por ser tal plano um instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.
- 15.** Ana Carolina, jovem cidadã preocupada com o seu futuro ao atingir a terceira idade, após ouvir reiteradas notícias na televisão a respeito de possíveis reformas no âmbito da seguridade social nacional, decidiu se informar melhor sobre o assunto. Nesse contexto, após exaustiva leitura da Constituição Federal de 1988, Ana Carolina observou que
- A)** o município não financia a seguridade social, ficando a União e os estados responsáveis diretamente pelo seu custeio integral, na forma da legislação complementar atinente ao assunto, especialmente diante de interesse público superveniente.
- B)** a seguridade social será organizada com foco no caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão tripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores e do Governo nos órgãos colegiados.
- C)** o pescador artesanal, que exerça as suas atividades em regime de economia familiar, sem empregados permanentes, contribuirá para a seguridade mediante a aplicação de uma alíquota sobre o resultado da comercialização da produção e fará jus aos benefícios nos termos da lei.
- D)** a pessoa jurídica em débito com o sistema da seguridade social, como estabelecido em lei, não poderá contratar com o Poder Público nem dele receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, salvo em razão de excepcional interesse público superveniente.
- 16.** Mesmo com a previsão constitucional do federalismo e da autonomia dos entes federados, o constituinte tratou de conformar o tema da intervenção. Nesse sentido, expõe a Constituição que é possível haver intervenção dos estados nos municípios quando
- A)** não tiver sido aplicado o mínimo exigido da receita estadual na manutenção e no desenvolvimento do ensino.
- B)** não tiver sido aplicado o mínimo exigido da receita municipal nas ações e serviços públicos de saúde.
- C)** deixar de ser paga, sem motivo de força maior, por cinco anos consecutivos, a dívida fundada e não forem prestadas contas devidas.
- D)** o Tribunal de Justiça der provimento a representação para assegurar a observância de princípios indicados na Constituição Federal.

17. André, gestor do Município, deseja incrementar a execução da função administrativa local. Para isso, começou a refletir sobre a criação de uma nova empresa estatal focada no exercício de atividade econômica em sentido estrito. Nesse sentido, de acordo com o texto da Constituição de 1988, a estatal cogitada deverá
- A) possuir autorização de criação vinda de lei complementar estadual e possuir diretoria financeira específica.
 - B) ser criada efetivamente por lei complementar local e possuir conselho gestor das finanças.
 - C) estar focada no exercício de atividade de relevante interesse coletivo, assim definido em lei.
 - D) estar focada no exercício de atividade com imperativo de segurança nacional, conforme definido em portaria.
18. Os serviços públicos são atividades que correspondem a prestações materiais indispensáveis à dignidade da coletividade. Atentando para isso, o constituinte tratou de disciplinar o assunto, cuidando da previsão normativa de serviços públicos plurais ao longo de todo o texto da Constituição. Nesse sentido, o texto constitucional determina que os serviços públicos
- A) devem ser prestados diretamente pelo Estado ou indiretamente por particulares, desde que através de concessões ou permissões precedidas de licitações, não havendo hipótese de serviço público delegado a particular, pela via da autorização, ao longo de todo texto constitucional.
 - B) devem ser prestados diretamente pelo Estado, podendo ser delegados para particulares através de concessão, mas não através de permissão, desde que precedidos de licitação.
 - C) podem ser prestados diretamente pelo Estado ou transferidos a particulares por meio de concessões precedidas de licitação e através de permissões sem licitações prévias.
 - D) podem ser prestados diretamente pelo Estado ou indiretamente por particulares, desde que através de concessões ou permissões precedidas de licitações, havendo hipótese de serviço público delegado a particular pela via da autorização dentro do texto constitucional.
19. O custeio dos serviços públicos é tema que costuma ser debatido com afinco em conjuntura de crise financeira. Nesse sentido, determinada vereadora do município intencionou propor projeto de lei para instituir taxa de coleta de lixo e taxa de iluminação pública, fato que a fez consultar a procuradoria local. Quando da obtenção de resposta para a sua consulta, a vereadora descobriu que o sistema jurídico atual
- A) não permite a cobrança de nenhuma das duas taxas, pois de acordo com o direito positivo vigente é proibido que taxas sejam cobradas em face da prestação dos serviços públicos universais, compulsórios e divisíveis.
 - B) permite a cobrança de taxa de iluminação pública, mas não viabiliza a cobrança de taxa de lixo, devendo aquela ser feita conforme a metragem do imóvel iluminado.
 - C) permite a cobrança de ambas as taxas, desde que a taxa de lixo seja compatível com a metragem do imóvel produtor dos dejetos e a taxa de iluminação seja o resultado de proporção entre a extensão da via pública iluminada e o tamanho dos imóveis nela inseridos.
 - D) permite a cobrança da taxa de coleta de lixo, mas não permite a cobrança da taxa de iluminação pública, devendo aquela ser feita conforme a área do imóvel atendido.
20. O prefeito de determinado município, diante do repentino aumento dos casos de dengue, zika e chikungunya em sua localidade, deseja realizar a contratação de empresa focada no combate à proliferação das larvas do mosquito *aedes aegypti*. Para tal, conforme previsão da Lei n.º 8.666, de 1993, é possível que o prefeito contrate a empresa em questão com base na
- A) licitação dispensada constante do art. 17 da lei mencionada, posto que a situação descrita corresponde a um típico caso de investidura.
 - B) dispensa de licitação e, por ser discricionária a dispensa, é fundamental a realização do devido processo de justificação para a contratação direta pretendida.
 - C) inexigibilidade de licitação, já que a atividade oferecida pela empresa corresponde a um serviço técnico de natureza singular.
 - D) licitação do tipo pregão nas modalidades menor preço ou melhor técnica e preço e, sendo serviço comum, não deve se cogitar da contratação direta.

21. Maria, vereadora de um município do estado, deseja propor projeto de lei para criação de sociedade de economia mista destinada a aplicar e a cobrar multas de trânsito na cidade. De acordo com a doutrina e a atual jurisprudência nacionais, Maria
- A) poderá concretizar a sua ideia, desde que consiga a autorização de lei para a criação da estatal pretendida e que o exercício do poder de polícia por tal ente se dê em conformidade com a lei.
 - B) não poderá concretizar a sua ideia, pois, apesar de ser a estatal ente integrante da administração indireta, apenas sujeitos com personalidade de direito público podem exercer o poder de polícia da administração.
 - C) poderá concretizar a sua ideia, desde que consiga lei complementar viabilizadora da estatal e que produza, no Legislativo, o posterior estatuto da empresa.
 - D) não poderá concretizar a sua ideia, pois apenas órgãos da administração indireta podem realizar a cobrança de multas provenientes do exercício do poder de polícia.
22. Em uma República democrática, é usual que os processos previamente disciplinados em lei sejam compreendidos como uma forma de legitimação dos atos pela via do procedimento. Nesse sentido, a Lei n.º 9.784, de 1999, trata do assunto do processo administrativo federal. De acordo com a legislação descrita, os processos administrativos federais
- A) não poderão ter formulados, em um só requerimento, os pedidos de uma pluralidade de interessados, de conteúdo e fundamentos idênticos, posto que deve ser respeitada a individualidade dos interesses dos sujeitos.
 - B) deverão ser decididos com base na estrita legalidade, apenas podendo realizar a administração aquilo que a lei a permite fazer.
 - C) deverão observar os critérios de atuação com base na lei estrita e no direito como um todo, fato que acaba por contemplar a ideia de juridicidade administrativa.
 - D) poderão ter formulados, em um só requerimento, os pedidos de uma pluralidade de interessados, de conteúdo e fundamentos idênticos, independentemente da existência de preceito legal em contrário.
23. José, servidor de determinado município brasileiro, está se sentindo incomodado com o comportamento de sua vizinha, pois ela constantemente lhe diz que averigua o valor de sua remuneração mensal no site da transparência pública e que fica impressionada com o padrão de vida que ele ostenta, segundo ela, mais alto do que ele teria condições de manter. José, em tal contexto, recorreu à administração municipal para pedir a retirada de seu nome e do valor de sua remuneração mensal do referido *site*. Com base no texto expresso da Lei de Acesso à Informação, o funcionário que receber esse pleito, poderá informar que
- A) José tem direito à retirada de seu nome em 30 dias, após pedido escrito em tal sentido, pois públicos são os dados da administração, e não os de seus servidores.
 - B) José tem direito à retirada imediata de seus dados do *site*, pois, nessa hipótese, prevaleceria a exceção da tutela de seus direitos da personalidade.
 - C) José não tem direito à retirada imediata de seus dados do *site*, devendo formular pedido escrito para tal retirada no prazo de 20 dias.
 - D) José não tem direito a tal ocultação de dados, pois a regra prevalecente é a da publicidade das informações ligadas à administração pública.

- 24.** Marco e Túlio, pessoas físicas, criaram uma pessoa jurídica de responsabilidade limitada com fins de simular um negócio jurídico, pois queriam fazer uma compra e venda de um imóvel sem pagar o imposto de transmissão de bens imóveis (ITBI). Logo após a constituição da empresa, Marco e Túlio a extinguem, transferindo a propriedade do imóvel de Marco para Túlio como resultado da dissolução da sociedade empresarial. O município, ao analisar a situação, percebe que Marco e Túlio dissimularam a transferência do imóvel com a criação da pessoa jurídica, evitando que ocorresse o fato gerador do ITBI. A atitude desses dois personagens se caracteriza como uma prática de
- A)** elisão fiscal, sendo o município obrigado a desconstituir o negócio jurídico celebrado entre as pessoas físicas e aplicar multa pela ocorrência do fato gerador do ITBI e demais penalidades.
 - B)** evasão fiscal, podendo o município desconsiderar o negócio jurídico celebrado entre as pessoas físicas e aplicar a cobrança do imposto de transmissão de bens e as penalidades administrativas.
 - C)** elisão ineficaz, podendo o município desconsiderar o negócio jurídico celebrado entre Marco e Túlio e aplicar a cobrança do imposto de transmissão de bens e as penalidades, cabíveis, já que o município pode adotar condutas para evitar antielisão.
 - D)** evasão fiscal, sendo o município obrigado a desconsiderar o negócio jurídico entre Marco e Túlio, autorizar a cobrança do imposto de transmissão de bens imóveis e abrir procedimento administrativo.
- 25.** José, proprietário de um imóvel na área urbana do município de Jurema, destina seu imóvel à especulação imobiliária, abstendo-se de dar qualquer utilidade ao bem. O município notificou José por diversas vezes para que o imóvel tivesse correto aproveitamento, com base na legislação de direito civil e urbanístico. Após várias notificações sem qualquer ação de José, o município elevou a alíquota do IPTU do imóvel por este não estar cumprindo sua função social. A postura do município é
- A)** correta, considerando a permissibilidade conferida pelo Estatuto da Cidade em adotar IPTU progressivo no tempo, para imóveis urbanos não edificados, subutilizados ou não utilizados.
 - B)** incorreta, pois José detém a propriedade privada do imóvel urbano e pode lhe dar a destinação que bem entender, sendo vedada a intervenção do município por meio do aumento do IPTU.
 - C)** correta, considerando que a alíquota a ser aplicada pelo município é ilimitada, por ser poder discricionário da administração pública.
 - D)** incorreta, pois o município é impedido de aumentar a alíquota do IPTU com a justificativa de que o proprietário não dá a destinação correta ao imóvel, por inexistir previsão legal.
- 26.** O ISS é imposto de competência municipal, de natureza fiscal, cujo fato gerador é a prestação de serviço ocorrido na jurisdição do município tributante. Por definição legal, o ISS
- A)** é um imposto de lançamento por declaração, tendo como contribuinte o destinatário do serviço, e a base de cálculo segue valor estipulado pelo fisco municipal em lei complementar.
 - B)** é um imposto cujo lançamento é feito de ofício pela administração pública, tendo como contribuinte o prestador de serviço, e a base de cálculo segue valor estipulado pelo FISCO em lei complementar.
 - C)** é um imposto de lançamento por homologação, tendo como contribuinte o destinatário do serviço prestado, e a base de cálculo é o preço do serviço.
 - D)** é um imposto cujo lançamento tributário é feito por homologação, tendo como contribuinte o prestador de serviço, e a base de cálculo é o preço do serviço.

- 27.** ABC LTDA e DEF LTDA, pessoas jurídicas de direito privado, foram fundidas, dando origem à nova pessoa jurídica, ALFABETO S.A. Ocorre que, antes da fusão, ambas as sociedades tinham débitos fiscais junto ao município. Com a fusão das empresas e a criação da nova pessoa jurídica, esses débitos fiscais
- A)** passam a ser de responsabilidade tributária da ALFABETO S.A, por se estar diante de uma sucessão empresarial em que o débito tributário é exigível da empresa sucessora.
 - B)** extinguem-se junto às antigas pessoas jurídicas fundidas, ABC LTDA e DEF LTDA, não sendo mais exigíveis os débitos tributários deixados pelas antigas pessoas jurídicas.
 - C)** continuam sendo responsabilidade das empresas ABC LTDA e DEF LTDA, que, mesmo fundidas, permanecem devedoras e sujeitas à cobrança do débito tributário.
 - D)** passam para a empresa ALFABETO S.A, que será contribuinte dos impostos devidos pelas empresas fundidas, excluindo-se os débitos tributários existentes antes da fusão.
- 28.** João e Maria são casados em regime de comunhão parcial de bens. Na constância do vínculo matrimonial, João resolveu sozinho alienar um imóvel residencial, cujo esforço para aquisição foi comum ao casal, a fim de fazer investimentos pessoais. No caso narrado, a autorização conjugal para que a alienação seja válida é
- A)** necessária, considerando que o regime de comunhão parcial de bens é o único que exige a autorização do consorte para alienação de bem imóvel, de acordo com o Código Civil.
 - B)** desnecessária, considerando que o nome de João aparece na escritura do imóvel e, assim, é prescindível a autorização de Maria para que a alienação ocorra.
 - C)** necessária, considerando que, no regime de bens entre João e Maria, a autorização do cônjuge é essencial e sua ausência importa na anulação da alienação do imóvel residencial.
 - D)** desnecessária, considerando que a expressão da vontade de um dos cônjuges não está vinculada à do outro, sendo possível a alienação do bem imóvel sem autorização, independente do regime de bens.
- 29.** Pedro e Lara, casados em regime de comunhão parcial de bens, adquiriram uma casa de 200 metros quadrados na zona urbana da cidade de Bela Vista, onde residiam com os filhos. Na constância do casamento, Pedro vai embora de casa, abandonando sua esposa e seus filhos, sem qualquer justificativa. Passados 4 anos da partida de Pedro, Lara resolve obter o título de domínio do imóvel para ter a segurança patrimonial do bem. Nesse caso, Lara pode se valer da
- A)** usucapião familiar, para adquirir o domínio legal do imóvel, pois a casa serve de moradia para Lara e seus filhos, e Pedro abandonou o lar.
 - B)** usucapião ordinária, cujo domínio será adquirido por Lara, pois ela tem a posse contínua e incontestada da casa no prazo legal estabelecido e ser o imóvel seu local de moradia.
 - C)** usucapião familiar, devido à autorização do Código Civil para aplicar esse instituto em casos de abandono afetivo do ex-cônjuge, com prescrição aquisitiva de 3 anos.
 - D)** usucapião ordinária, cabendo a Lara demonstrar a culpa de Pedro pelo abandono do lar e da tutela dos filhos, para ter reconhecido seu domínio sobre o imóvel.

- 30.** Valentina e Enzo, maiores e capazes, tiveram um rápido romance. Algumas semanas após o rompimento da relação, Valentina descobriu que estava grávida e compartilhou a informação com Enzo. Ao saber da gravidez, Enzo imediatamente negou a paternidade da criança e questionou a conduta afetiva de Valentina. Após o nascimento do bebê, Valentina resolveu ajuizar ação de investigação de paternidade, pretendendo o reconhecimento de Enzo como genitor. Autorizado o exame de DNA pelo juízo, ao ser intimado, Enzo recusou-se a fazê-lo. Nesse caso,
- A)** a recusa voluntária do réu é suficiente para afastar a pretensão de Valentina ao reconhecimento da paternidade.
 - B)** a negação do réu em se submeter ao exame de DNA é irrelevante como prova da paternidade, em razão do princípio constitucional de presunção de inocência.
 - C)** a recusa de Enzo em realizar o exame de DNA na ação proposta por Valentina gera presunção absoluta, devendo o juiz reconhecer de imediato a paternidade por sentença.
 - D)** a recusa de Enzo em se submeter ao exame de DNA gerará uma presunção relativa de paternidade, que deve ser apreciada em conjunto com o contexto probatório.
- 31.** A empresa Construa Mais LTDA foi contratada por Abelardo para construir sua nova residência. Nos termos do contrato, estaria previsto que o prazo de execução completa da obra seria de 6 meses a contar da assinatura. Passados mais de 18 meses desde o início da obra, a empresa Construa Mais LTDA abandonou o serviço, sem dar qualquer explicação a Abelardo e deixando a obra inacabada. Abelardo tentou por diversas vezes localizar a empresa para obter justificativa, mas todas sem sucesso. Face à impossibilidade de Abelardo em contatar a empresa Construa Mais LTDA e diante da urgência de concluir a obra, Abelardo contrata uma nova empresa para finalizar a construção e envia à empresa Construa Mais LTDA, comprovante do valor pago à nova empresa para que seja ressarcido. A empresa Construa Mais LTDA, diante da cobrança de Abelardo, diz que não vai ressarcir nenhum valor gasto com a conclusão da obra, alegando que não há nenhuma relação entre Abelardo e a nova empresa contratada. Essa justificativa da empresa Construa Mais LTDA é
- A)** correta, pois o prejuízo sofrido por Abelardo pela obra inacabada não pode ser oponível à empresa Construa Mais LTDA, por não haver responsabilidade desta.
 - B)** correta, pois a obrigação de pagar ao terceiro é de Abelardo, que deveria ter o aval da empresa para contratar o terceiro.
 - C)** incorreta, pois Abelardo deveria ter a autorização expressa da empresa Construa Mais LTDA para contratar o terceiro para finalizar a obra inacabada.
 - D)** incorreta, pois essa empresa deu causa à necessidade de contratação por Abelardo de um terceiro, quando não cumpriu com a obrigação avençada no contrato de construção da casa.
- 32.** Em uma ação de execução, não foi localizado nenhum patrimônio da empresa devedora, a Novo Mundo LTDA. Ana, parte exequente, depois de algumas diligências, descobre patrimônio significativo em nome dos sócios da empresa em questão. Nesse caso, o incidente de desconsideração da personalidade jurídica
- A)** deve ser instaurado de ofício pelo juiz competente, sendo cabível em qualquer fase do processo.
 - B)** depende do pedido da parte ou do Ministério Público, sendo possível a instrução probatória para declaração do incidente.
 - C)** depende do pedido da parte ou do Ministério Público, vedada a instrução probatória para declaração do incidente.
 - D)** deve ser instaurado de ofício pelo juiz competente ou Ministério Público, cabendo o pedido do incidente na fase de conhecimento.

- 33.** Maria ajuizou ação de obrigação de fazer com pedido de tutela de urgência em desfavor do banco Seu Dinheiro S.A, em razão do envio e da cobrança de parcelas de anuidade de um cartão de crédito que não foi solicitado por ela. O juízo, ao apreciar a petição inicial, concedeu o pedido da tutela de urgência, ordenando o réu a se abster de efetuar cobranças à autora, fixando multa diária de descumprimento em R\$ 500,00. Mesmo intimado e comunicado da decisão, o banco continuou efetuando cobranças a Maria, descumprindo a determinação do juízo. Nessa situação, para receber o valor arbitrado de multa de descumprimento, Maria deve
- A)** ajuizar novo processo por dependência ao principal, informando do descumprimento da decisão pelo banco Seu Dinheiro S.A e requerendo a execução da multa por descumprimento.
 - B)** apresentar simples petição informando ao juízo sobre o descumprimento da decisão pelo banco Seu Dinheiro S.A e requerendo o cumprimento provisório da decisão para pagamento da multa.
 - C)** apresentar simples petição no processo, informando ao juízo sobre o descumprimento da decisão pelo banco Seu Dinheiro S.A e aguardar a sentença de mérito que encerra a fase de conhecimento, para ajuizar execução da multa por descumprimento.
 - D)** ajuizar processo autônomo de ação de obrigação de pagar quantia certa, dando à causa o valor da multa por descumprimento da decisão interlocutória que autorizou a tutela de urgência pedida por Maria.
- 34.** Proposta ação de obrigação de pagar quantia certa contra o município Bela Vista na vara da Fazenda Pública da comarca, a sentença de primeiro grau proveu integralmente os pedidos autorais, mas a decisão não foi cumprida voluntariamente pela administração pública. Resta à parte vencedora, então,
- A)** nos mesmos autos, juntar petição inicial requerendo a abertura de processo de execução fiscal contra o município vencido por não pagar a quantia determinada na sentença.
 - B)** em processo autônomo, pedir a execução do valor arbitrado na sentença condenatória imposta ao município de Bela Vista, que deverá garantir o juízo da execução caso presente defesa.
 - C)** nos mesmos autos, juntar simples petição informando ao juízo o descumprimento do município vencido e requerendo a abertura da fase de cumprimento de sentença.
 - D)** em processo autônomo, pedir a dependência à ação principal e executar a quantia arbitrada em sentença imposta ao município de Bela Vista, que não precisará garantir o juízo da execução caso presente defesa.
- 35.** José, contribuinte do município Bela Vista, ajuizou ação contra o município requerendo a devolução do IPTU pago em duplicidade referente ao exercício de 2018. A ação foi proposta no juizado especial da Fazenda Pública e, na sentença, o juiz julgou improcedente o pedido autoral. José, irrisignado, poderá apresentar recurso
- A)** inominado, no prazo de 10 dias úteis, que será processado e julgado por um Colégio Recursal, formado por juízes de primeiro grau de jurisdição.
 - B)** de apelação, no prazo de 15 dias úteis, que será processado e julgado pelo Tribunal de segundo grau, formado por juízes de primeiro grau de jurisdição.
 - C)** inominado, no prazo de 15 dias corridos, que será processado e julgado pelo Colégio Recursal, formado por juízes de segundo grau de jurisdição.
 - D)** de apelação, no prazo de 10 dias corridos, que será processado e julgado pelo Colégio Recursal, formado por juízes de segundo grau de jurisdição.